

## A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DO CPDOC

Eliezer Pires da Silva<sup>1</sup>  
Fernanda da Silva Rodrigues<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Descrição Arquivística como conceito e prática vem se desenvolvendo ao longo do tempo. O contexto atual marcado por um paradigma tecnológico traz grandes desafios, porém oferece possibilidades de disponibilização de acervos. Dessa forma este trabalho objetiva analisar que tipo de estratégias descritivas as instituições vem desenvolvendo para disponibilizar os seus acervos nesse cenário. A análise levou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pela sua importância para estudos da história recente do país, e tendo em vista os recursos de pesquisa disponibilizados online. A fundamentação teórico-metodológica envolveu a compreensão da evolução do conceito de representação arquivística, do processo de elaboração de uma normatização, e sobre os instrumentos de pesquisa, que possibilitou a análise da realidade específica do fundo João Goulart enquanto arquivo e do CPDOC enquanto instituição custodiadora. De forma geral observou-se confrontando a teoria da área com a realidade empírica da instituição que não há uma convergência das práticas desempenhadas no que tange a descrição, de forma absoluta, tanto em relação à normatização proposta pela NOBRAD, quanto aos instrumentos de pesquisa disponíveis.

**Palavras-chave:** Accessus. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Descrição arquivística. Guia de arquivos. Instrumentos de pesquisa.

## THE ARCHIVISTIC REPRESENTATION OF CPDOC RESEARCH INSTRUMENTS

**ABSTRACT:** The archival description as concept and practice has been developing over time. The current context marked by a technological paradigm brings great challenges, but it offers possibilities of making collections available. In this way this work aims to analyze what kind of descriptive strategies the institutions have been developing to make their collections available in this scenario. The analysis led to the research and Documentation Center of Contemporary History of Brazil (CPDOC), for its importance to studies of the recent history of the country, and in view of the research resources available online. The theoretical-methodological reasoning involved the understanding of the evolution of the concept of archival representation, of the process of elaboration of a standardization, and on the research instruments, which enabled the analysis of the specific reality of the fund João Goulart as a file and the CPDOC as a custodiadora institution. In general, it was observed confronting the theory of the area with the empirical reality of the institution that there is no convergence of the practices performed with regard to the description, in an absolute way, both in relation to the standardization proposed by the Nობrade, as to the Available research tools.

**Keywords:** Accessus. Center for Research and Documentation of Contemporary

<sup>1</sup> Doutorado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: eliezerpires@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda em Arquivologia pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: fernandas\_rodrigues@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A Representação Arquivística é de suma importância no seu papel tanto de representar os documentos arquivísticos - enquanto o reflexo da complexa relação das atividades dos produtores com o acervo - quanto na mediação que fornece entre os documentos e os usuários o que “é o coração do trabalho arquivístico” conforme aparece em Andrade e Silva (2008, p. 17).

Em um contexto da chamada Sociedade da Informação, na qual existe a “emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual para todo o mundo” (CASTELLS, 1999, p.7), trazendo mudanças, entre elas a forma de se lidar, produzir e acessar a informação, é importante compreender como esta está sendo disponibilizada.

No que tange a Arquivologia, segundo Jardim (2012), durante o século XX, entre outros aspectos, são questionados os objetos, os métodos, o funcionamento das instituições e serviços, as formas de uso e transferência da informação arquivística.

Nesse aspecto, analisar a representação arquivística por si só já denota relevância para a área, porém busca-se também contribuir para o debate através da análise empírica do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) pela importância dessa instituição para estudos retrospectivos da história recente do país, e tendo em vista os recursos de pesquisa disponibilizados online, analisando os instrumentos de pesquisa como base da representação do fundo do ex- presidente João Goulart considerando a existência de sua identificação tanto no Guia de arquivos quanto na base de dados Accessus.

Essa investigação suscitará reflexões acerca da representação da informação no contexto atual, da web, onde os acervos são disponibilizados na rede e acessados facilmente, bem como, responder questionamentos, como por exemplo: como os nossos documentos estão sendo disponibilizados no cenário atual na web? que tipo de iniciativas ou estratégias com relação a descrição estão sendo empreendidas pelas instituições no Brasil?

Sendo assim busca-se compreender como está sendo conduzida a representação do fundo João Goulart através da investigação dos seus instrumentos de pesquisa, avaliando a maneira como as informações são disponibilizadas, identificando como os conteúdos dos documentos são descritos, se existe algum padrão ou norma descritiva de forma objetiva, ou se há uma metodologia própria ou fica a cargo da interpretação dos profissionais.

Após reflexão das questões gerais aqui nesta introdução, a divisão desta comunicação encontra-se em mais três seções. A segunda identifica a Representação Arquivística através de

sua evolução histórica e conceitual, da normatização e dos instrumentos de pesquisa; a terceira analisará empiricamente o fundo João Goulart, como arquivo e o CPDOC como instituição de custódia, além de analisar a sua representação no Guia e na base de acesso; na quarta serão feitas as considerações finais confrontando a parte conceitual e empírica e refletindo sobre.

## **2 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA.**

A Arquivologia é uma área em construção teórica recente apresentando problemas de definição terminológica em muitos de seus conceitos, inclusive quanto à representação, sendo importante para compreendê-la melhor e perceber as suas mudanças ao longo do tempo que analisemos os seus aspectos históricos e conceituais (BARROS; TOGNOLI, 2015).

Segundo Barros e Tognoli (2015), a atividade de descrever os documentos esteve presente desde os tempos mais remotos, e seus objetivos mudaram com o passar do tempo especialmente após a Revolução Francesa, sendo até hoje revisto e dado novos significados.

Leão (2006) identifica que inicialmente a descrição arquivística se relacionava ao controle dos acervos, visão que perdurou até o século XIX, modificando-se apenas na época do Iluminismo com as reformas administrativas na França que provocaram o fechamento dos fundos produzidos pelas estruturas burocráticas anteriores àquelas reformas.

Após esse contexto a descrição assumiu uma função cultural primária, além de atuar como solução para o problema da organização dos arquivos que era temática, e como resultado desse tipo de organização ocorreu o desmembramento e dispersão dos fundos, além da perda da organicidade. Depois se pensou em reorganizar os fundos fisicamente, porém esta ideia se mostrou dispendiosa, e como solução utilizou-se da descrição como estratégia para reconstituir a ordem original dos fundos. “Dessa forma, o arranjo físico tornou-se distinto da classificação, e as atividades de classificação e de descrição documental convergiram em um empreendimento unificado de representação de informação” (LEÃO, 2006, p. 18).

Nesse aspecto, em suma, a descrição não mais se estabelecia no sentido de controle do acervo, se tornando tanto uma facilitadora da recuperação dos documentos, quanto permitindo o acesso aos usuários que se tornavam cada vez mais crescentes, sobretudo através da compilação de catálogos, índices, repertórios e todos os tipos de instrumentos de pesquisa.

Conceitualmente cabe ressaltar as diferentes contribuições da literatura da área a respeito da descrição arquivística. Nesta análise é possível identificar que a descrição é relacionada a variados aspectos como: ao acesso; ou vista como uma atividade intelectual

desempenhada pelo arquivista; como uma atividade de mediação; como uma função que deva estar intrinsecamente relacionada à classificação ou o arranjo, como uma representação, etc.

Alguns autores como Andrade e Silva (2008) consideram o ato de descrever os conteúdos dos documentos como descrição arquivística, sendo esta o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico explicando o seu contexto.

A descrição é vista como um exercício de análise do arquivista além de funcionar como atividade de mediação entre os documentos e os usuários, e para Rodrigues (2003, p. 217) a descrição é “uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas”.

Oliveira (2010) apresenta a descrição na perspectiva de uma representação feita pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso. A descrição é destacada com uma cientificidade resultada de análise, através de um processo de investigação que engloba o estudo das funções, ações, contexto, etc dos documentos, que é produzido o conhecimento sobre determinado arquivo e facilitado o seu acesso.

Oliveira (2010) aborda a descrição enquanto uma função arquivística que depende ou se inter-relaciona a outras, podendo até sobrepujar-se; para Lopez (2002), somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo.

Com relação à descrição como representação, Andrade e Silva, (2008, p.18), discutem que essa abarca as atividades do arquivista como as de “(re) ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas para aquilo que chamou de sistemas de representação” e para Tognoli (2012) o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo podem ser considerados os dois processos nucleares da teoria e da prática arquivística que tem como mesmo objetivo: representar o conhecimento arquivístico.

A representação arquivística se configura enquanto o elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução. Nessa perspectiva a descrição e o arranjo são atividades exclusivas da terceira idade e devem ser encaradas como um trabalho ininterrupto. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 19).

Ainda há perspectivas mais recentes, como a pós-moderna enquanto uma pesquisa “sustentada no contexto, pelo arquivista, sobre a história dos documentos e de seus criadores, produzindo descrições em constante mudança, uma vez que a criação dos documentos e a sua própria história custodial nunca terminam”. (TOGNOLI, 2012, p. 91).

No século XX, houve intensas discussões acerca da avaliação<sup>3</sup> que trouxeram a volta da descrição arquivística como objeto de atenção dos pesquisadores, “isso talvez seja evidenciado pelo fato de as normas de descrição arquivística, internacional e brasileira terem sido publicadas exatamente na primeira década do século XXI”(ANDRADE ; SILVA, 2008, p. 19).

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) envidou esforços para a implantação de uma norma internacional de arquivos, realizando reuniões em 1988, 1989 e 1990, que resultaram na elaboração da norma ISAD(G) em 1994, que tem como objetivos: assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas; facilitar a recuperação e troca de informação sobre documentos de arquivo; possibilitar a partilha de dados de autoridade e tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação.

Cabe destacar que o Brasil não ficou fora das discussões, e em 1996 durante o CIA, a comissão deste conselho se transformou em Comitê de Normas de Descrição (CND), passando a integrar permanentemente a estrutura do CIA. Na ocasião sua composição se modificou e o Brasil designou um representante para compor o comitê, com a tarefa de revisar a segunda edição da ISAD(G). Este representante fora Vitor Manoel Marques Fonseca<sup>4</sup>.

A norma ISAD(G) não era conhecida no Brasil, sendo a única tradução em português a de Portugal. Nesse sentido a oportunidade de participar do processo de revisão da norma impôs que ela fosse traduzida e divulgada e foi benéfica para o Brasil que não ficou a margem das discussões, e para a própria CND, que pode integrar a perspectiva de um país afastado dos grandes centros de debate arquivístico e com uma realidade distinta dos demais países.

A ISAD(G) apesar de ser fruto do debate de especialistas de diferentes países, por ser internacional, e buscar aplicação a diferentes contextos, mostrou um alto grau de generalidade, pois define apenas a macroestrutura da descrição, deixando a definição dos procedimentos específicos para outras esferas de decisão nacionais e internacionais. Dessa se fomentou a implantação de outras normas internacionais mais específicas, e de normas nacionais, que dessem conta das especificidades, sendo estas a ISAAR(CPF), que regula a

---

<sup>3</sup> Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 41)

<sup>4</sup> Doutor em História pela UFF. Membro do Comitê Acadêmico Interdisciplinar do AGCRJ, do Experts Group on Archival Description e da Programme Commission do International Council on Archives (CIA); presidente da CTNDA; membro do International Advisory Committee e do Programa Memória do Mundo (UNESCO); editor científico da revista Arquivo & Administração e membro de outros comitês editoriais.

descrição dos produtores de arquivo, a ISDF que regula as funções dos produtores de arquivos, e a ISDIAH, que regula as insituições custodiadoras de acervos arquivísticos.

Segundo Guegue; Fonseca; Pitti; Grimoüard (2013), das quatro normas apenas a primeira tem sido aceita e usada pelas instituições para desenvolver sistemas de descrição, o que ocorre pela norma refletir a prática tradicional arquivística, tendo sua descrição voltada unicamente para o documento, baseando-se na proveniência e incluindo as variadas facetas da descrição enquanto que as demais se referem a componentes específicos de descrição.

Nesse sentido, não havia por partes dos arquivistas envolvidos na criação da ISAD(G) a ideia de criar outras normas, pois o modelo de descrição que predominava era de utilização de uma única descrição para descrever um fundo arquivístico, mas conforme as discussões foram se desenvolvendo percebeu-se as vantagens de separar os componentes da descrição e que o uso das quatro normas possibilitaria uma descrição mais completa.

No contexto brasileiro em 2001, fora criada a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA). A partir das reuniões e discussões dessa câmara, foi instituída a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) “que estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, visando facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 10).

Cabe destacar que a NOBRADE não era uma reprodução das outras normas, buscando adaptá-las a realidade do país. Aquela bem como as demais, demanda uma padronização de procedimentos tanto em sistemas de arquivos quanto nas entidades custodiadoras, porém não impõe formatos de entrada e saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais, mas sim estrutura a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando a mínima interferência na forma em que as descrições são apresentadas. Dessa forma cabe a cada instituição estabelecer quais recursos de descrição serão utilizados, sendo apenas indispensável o uso dos elementos de descrição obrigatórios. Possui também respeito ao princípio de respeito aos fundos e a descrição multinível.

O processo de normatização embora tenha sido importante para a comunidade arquivística foi alvo de críticas por parte de teóricos como, por exemplo, Oliveira (2010) e Silva e Orrico (2013), que nas suas análises identificaram problemas no processo de normatização da descrição arquivística em diferentes pontos de vista.

Para Lopez (2002), no processo de elaboração da ISAD(G) houve problemas com países ficando de fora das discussões, deixando que experiências de diferentes nações ficassem à margem da elaboração de uma norma que seria mundial, porém com sua revisão,



houve aumento participativo. Segundo Lopez (2002) ainda há necessidade de um aprofundamento maior sobre a normalização terminológica.

Outra crítica apresentada se refere à falta de uma definição mais precisa das atividades de classificação arquivística. Para a primeira, destaca Lopes (2002) que,

existe a ausência de qualquer conceituação de definir os grupos e as coleções, enquanto que para a segunda “os estudos de tipologia documental, que estabelecem possibilidades de inserção de diferentes espécies documentais hierarquizadas são relegados a segundo plano pela ISAD(G), havendo uma priorização das pequenas unidades e de seu conteúdo. (LOPEZ, 2002, p.18).

A norma por priorizar o acesso e demanda dos usuários em detrimento da organicidade é visto “como um desvio de cunho biblioteconômico e documentalístico” (LOPEZ, 2002, p.19). Para a autora, há na ISAD (G) o risco de perda da globalidade dos fundos e uma distinção entre administração e história que ignora o dinamismo da teoria das três idades, em que o documento corrente poderá ser o permanente.

Oliveira (2010) destaca que a adoção de padrões de descrição é problemática, pois no discurso da padronização pelos pesquisadores e entidades representativas da classe, não é perceptível a ideia de que ignorar-se a cientificidade da descrição, é ignorada também a cientificidade do trabalho do arquivista que a exerce. Este na ação de descrever os documentos realiza um exercício de análise que engloba tanto o conhecimento dos princípios da área, como dos próprios documentos, além de que padronizar a descrição é por essência impossível, pois fere a natureza do próprio trabalho e/ou do próprio conceito de arquivo, pois a realidade dos arquivos enquanto resultado das ações, funções, atividades de uma entidade ou produtor é plural o que torna o processo de padronização complexo, haja vista que este pode apagar o legado científico do trabalho de pesquisa do arquivista.

Por último Silva e Orrico questionam a capacidade das normas de permitirem a interoperabilidade de sistemas e a criação de descrições consistentes. Além de pressuporem “que há o entendimento hegemônico sobre a descrição arquivística centrada no objeto a ser “descrito”, desassociado da própria finalidade disso – o acesso, que envolve a noção de usos que devem ser antevistos para que possam ser viabilizados.” (SILVA; ORRICO, 2013, p.10).

Do ponto de vista conceitual no Brasil, em referência aos instrumentos de pesquisa, cabe ressaltar o trabalho de Calderon (2003), trazendo discussões e definições dos diferentes tipos de instrumentos de pesquisa.

Após essa primeira parte de discussão teórica é importante conceituar os instrumentos de pesquisa e suas características. Estes podem ser incluídos em duas categorias, a de genéricos e globalizantes, na qual se insere os quadros de fundo e os guias, e a de parciais, por se referirem a parcelas do acervo, no qual se inserem os inventários, os catálogos, os repertórios e os índices (CALDERON, 2003, 45).

Partindo dessa categorização, primeiro deve ser apresentado o guia, pois, ele é preferencialmente o primeiro instrumento a ser produzido, permitindo ao usuário, entre outros aspectos, ter a visão geral do acervo e da instituição, apresentando uma visão de conjunto dos serviços de arquivo e dos serviços prestados, quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe, as fontes complementares, os conjuntos das fontes contidas com potencial de informação histórica, bem como indicar outros instrumentos de pesquisa existentes ou em fase de elaboração.

Outro instrumento de pesquisa que deve ser desenvolvido seguido ao guia, é o inventário, o qual Lopez (2002) descreve que,

as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística (LOPEZ, 2002, p. 29).

Este instrumento apresentava classificação de analítico ou sumário, porém na década de 90 passou a ser denominado apenas como inventário.

Após a elaboração daqueles devem ser elaborados os catálogos e os índices, enquanto instrumentos mais direcionados a auxiliar na localização específica das unidades documentais. O catálogo funcionará como um complemento do inventário em termos de descrição, uma vez que descreve cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série. Aquele também recebeu inicialmente a denominação de sumário ou analítico, porém atualmente segundo Lopez (2002), chama-se apenas de catálogo.

Por fim, há o índice, que busca à rápida localização das unidades documentais, que atendam a critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos, além de ampliar as formas de acesso, através de descritores dispostos em algum tipo de ordem como temática, geográfica, cronológica, etc.

Na atualidade é interessante a proposta de Andrade e Silva (2008) de uma nova geração de instrumentos de pesquisa, distintos dos tradicionais apresentados, que não se



constituem dos formatos tradicionais e de um suporte físico, e que compartilham das características encontradas em aplicativos que fazem parte da chamada Web 2.0<sup>5</sup>.

A web 2.0 amplia as possibilidades de intercâmbio e acesso às informações, com a liberação de dados e conteúdo, gerando uma postura mais ativa dos usuários, que deixam de apenas recuperar as informações podendo participar e inseri-las, com o compartilhamento de ideias e conteúdo, e a comunicação entre os usuários, etc. Nesse contexto a criação das representações é feita de forma compartilhada<sup>6</sup>, com a participação dos usuários, e o resultado não é mais segundo Andrade e Silva (2002),

instrumentos de pesquisa tradicionais finalizados e esgotados em si, mas uma nova geração de instrumentos, em constante construção e revisão, nunca finalizadas por conta da dinâmica que envolve o processo de representação da informação e nunca esgotadas em si, pela natureza de rede que adquire da plataforma internet. (ANDRADE; SILVA, 2008, p.28).

Diante do exposto identifica-se uma evolução no conceito e na prática da descrição, que se voltava para o controle dos documentos e hoje se volta para o acesso. A partir do seu desenvolvimento surgiu a proposta de normatização, que estabelece diretrizes para uma padronização das atividades relacionadas à organização arquivística, inclusive a descrição, e que facilita o intercâmbio entre os acervos e o acesso dos usuários, o que atualmente está sendo alvo de questionamentos e críticas por parte da comunidade arquivística, pois este tipo de proposta não dá conta das especificidades dos arquivos, além de estar desatualizada frente aos desafios que o atual contexto tecnológico acarreta para a área e para suas práticas.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, enquanto o produto da descrição arquivística, estes também se desenvolveram com o tempo, deixando de ter uma perspectiva mais minuciosa no qual se voltavam para a descrição dos itens documentais, para se debruçarem sobre o contexto arquivístico dos documentos.

Atualmente com as possibilidades que as tecnologias trazem, começa-se a cogitar o uso de novos instrumentos que permitam uma maior interação com os usuários. Nesse aspecto fica a questão: Diante desse contexto de evolução da descrição arquivística e de seus instrumentos e das inúmeras possibilidades que as tecnologias trazem para a área, que tipo de estratégias as instituições no Brasil estão desenvolvendo para disponibilizar seus acervos?

---

<sup>5</sup> Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados. Para mais ver em referências a obra de Ricardo Sobré de Andrade e Rubens R. G da SILVA.

<sup>6</sup> Um exemplo conhecido desse tipo de perspectiva é o site Wikipédia enquanto uma proposta de uma enciclopédia multilíngue, de licença livre, baseada na web e escrita de maneira colaborativa.

### 3 ANÁLISE EMPÍRICA

O CPDOC foi criado em 1973, sendo a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, fazendo parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Sua criação se deu em uma conjuntura de fundação de diversos cursos de pós-graduação no Brasil que levou ao aumento da demanda por fontes primárias para as pesquisas acadêmicas, sobretudo relacionadas aos arquivos pessoais, e atrelada à criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia, levando a um aumento na preocupação com a preservação e organização dos documentos. Tinha finalidade de abrigar conjuntos documentais relevantes da história contemporânea brasileira pós 1930, de desenvolver pesquisas na sua área de atuação, além de promover cursos de graduação e pós-graduação.

O acervo foi constituído inicialmente de dois importantes fundos, os arquivos pessoais de Getúlio Vargas, e os de Oswaldo Aranha, além de personalidades da elite política, porém com o tempo isso foi se modificando. Atualmente a realidade do centro é bem diferente, levando esta instituição ser um dos mais importantes acervos de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrando mais de 200 fundos que totalizam 1,8 milhão de documentos dos quais um milhão já se encontram disponíveis para consulta na sua base de dados Accessus.

O CPDOC, ainda que não se constitua como uma instituição arquivística, no sentido estrito do termo, se configura como tal, haja vista a sua importância na organização, preservação e difusão de seus acervos, ainda mais com a preocupação de torná-los acessíveis através do seu website.

Além disso, a instituição faz parte do Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, instituído pela resolução nº 28 do CONARQ, com o objetivo de fornecer o código previsto na (NOBRADE), denominado código de entidade custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), que torna possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no país. Através do cadastramento e fornecimento do CODEARQ, as entidades de custódia têm disponíveis no site do CONARQ, informações básicas sobre a instituição, como o endereço, a missão institucional, a caracterização dos acervos, as condições de acesso, os dias e horários de funcionamento e serviços de reprodução.

O CPDOC faz custódia de arquivos pessoais, nesta pesquisa, compreendidos como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. (OLIVEIRA, 2010, p.35). Nesse aspecto, identifica-se que desta concepção para as anteriores o que se altera é

apenas o produtor que deixa de ser uma instituição passando a ser um indivíduo ou família, porém o caráter de produção, acumulação e custódia dos documentos e destes representarem um produto de atividades se mantém.

A compreensão de que os arquivos pessoais podem ser usados para outros fins além do que se destinam, contribuem para o entendimento de que esses são arquivos, pois eles podem servir, por exemplo, como fonte de pesquisa histórica, na construção da memória, como valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos documentos, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública.

É nesse contexto em que se corrobora com a visão de que o arquivo pessoal é arquivo, e do seu papel como um conjunto de documentos que apresenta importantes valores secundários, que o fundo João Goulart se configura enquanto um importante arquivo pessoal que abarca documentos que permitem não apenas conhecer a história desse personagem, enquanto um ex-presidente da república do país, mas também o contexto de uma época.

Partindo da questão conceitual já compreendendo o fundo João Goulart como Arquivo pessoal, analisaremos a forma como é representado na NOBRADE e posteriormente como ele é descrito e disponibilizado tanto no Guia de Arquivos quanto na base de dados Accessus.

A NOBRADE é estruturada em oito áreas de descrição, sendo a primeira a de Identificação, que identifica a unidade de descrição, sendo esta dividida em cinco elementos, que são: Código de Referência, Título, Data(s), Nível de Descrição e Dimensão e suporte. Nessa primeira área o fundo João Goulart é apresentado de forma bastante objetiva, sendo preenchidas as informações relacionadas aos cinco elementos. É interessante notar que as informações visam mais um aspecto físico e quantitativo de descrição do fundo em detrimento de um aspecto mais qualitativo que vise características ligadas à natureza dos documentos.

A segunda Área a de Contextualização identifica o produtor, ou no caso de haver mais de um os produtores da unidade de descrição. Essa é composta do Nome(s) do(s) produtor(es), história administrativa/biografia, história arquivística e procedência. No que tange ao fundo João Goulart, também é interessante destacar que todos os elementos são descritos, e chama a atenção a forma como é apresentada tanto a História administrativa como a Arquivística, uma vez que o seu objetivo de trazer informações de forma sistematizada<sup>7</sup> é alcançado, pois ambas a descrições de forma sucinta com a utilização de apenas 247 palavras

---

<sup>7</sup> A primeira trata da trajetória do(s) produtor (es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento e a segunda sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia. (CONARQ, 2016, p. 32).

no caso da primeira e de 225 no caso da segunda, oferecem ao usuário um panorama sobre a vida daquele personagem bem como sobre o trajeto da documentação até chegar à instituição.

A próxima área é a de Conteúdo e Estrutura, composta pelos elementos de Âmbito e Conteúdo, Avaliação, eliminação e Temporalidade, Incorporações e Sistema de Arranjo, que tem por objetivo fornecer aos usuários informações relevantes ou complementares ao título (1.2) da unidade de descrição. De certa forma pode-se inferir que com relação ao fundo João Goulart o objetivo dessa área foi alcançado, haja vista que através da leitura da descrição nota-se do que se trata a documentação, quais as suas séries o que permite aos usuários identificarem se os documentos são pertinentes para uma pesquisa. Infere-se também que essa área apresenta um aspecto mais qualitativo, se debruçando sobre a natureza dos documentos.

Atrelado a isso se destaca que não há nenhum tipo de informação relacionada à Avaliação, eliminação e temporalidade, muito provavelmente por se tratar de um fundo permanente e de um personagem importante para o país, além de também não ter nenhuma alusão as Incorporações, que pode ser resultado de não haver ocorrido nenhuma incorporação.

Outra área é a de Condições de Acesso e Uso, composta de Condições de Acesso, Condições de Reprodução, Idioma, Características físicas e requisitos técnicos e Instrumentos de Pesquisa, que é responsável por fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam. Esta área se mostra bastante objetiva, e traz informações pertinentes ao acesso e uso aos usuários, porém não traz nenhuma informação referente às Características Físicas e Requisitos Técnicos de uso. Porém de forma geral, ela dá conta do objetivo a que se propõe.

Após aquela se encontra a quinta área referente às fontes relacionadas que abrange como elementos a Existência e Localização dos originais, Existência e localização de cópias, Unidades de descrição relacionadas e Nota sobre publicação. Esta área é responsável por indicar a existência e a localização, ou inexistência, dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias. Desta área destaca-se que ela atende o objetivo proposto, pois de forma clara e objetiva apresenta informações sobre a localização dos originais e se há alguma documentação referente ao fundo presente em alguma outra entidade custodiadora. Nesse caso específico o usuário saberá onde procurar os demais documentos relacionados.

A sexta área de notas através de dois dos seus elementos o Notas sobre Conservação e Notas Gerais fornece informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, visando orientar ações preventivas ou reparadoras, apresentando um caráter mais quantitativo de descrição por se referir a aspectos físicos dos documentos e não sobre o seu conteúdo.

Na sétima área de Controle da descrição, através dos seus elementos de Nota do Arquivista, regras ou Convenções, Data(s) da(s) descrição(ões) é possível obter informações sobre a elaboração da descrição bem como os nomes dos profissionais envolvidos no trabalho.

Com relação à descrição do fundo João Goulart nessa parte, ainda que haja indicação de bibliografia<sup>8</sup>, poderia haver um aprofundamento maior em se descrever acerca do processo de elaboração da descrição do fundo e este ser mais bem detalhado para os usuários.

Por fim, há a área de Pontos de acesso e indexação de assuntos que visa registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado. O fundo João Goulart nesta área é descrito de forma bastante objetiva sendo apresentados apenas os termos de uma possível busca sobre o seu acervo.

O CPDOC através do seu website traz um Guia de Arquivos virtual que é acessado através da aba superior “Acervo” e do link encontrado na parte esquerda da tela. Ao clicar no link “Guia de Arquivos” é direcionado para a página do Guia onde é apresentada a sua proposta enquanto instrumento de pesquisa e quais informações são disponibilizadas para os usuários. Dessa forma o guia do CPDOC apresenta uma visão geral sobre cada um dos arquivos que integram o seu acervo, informando os dados biográficos do titular, incluindo sua formação acadêmica e as principais atividades exercidas ao longo de sua vida pública. Com relação ao acervo apresentam-se os tipos e quantidades de documentos, um breve relato do histórico de sua constituição e uma análise do conteúdo da documentação.

Dito isso, quando é feita a opção pelo arquivo João Goulart é apresentado um panorama através de 10 seções com informações sobre a vida, formação, atividades, os tipos documentais existentes, histórico, entre outros aspectos que permitem ao usuário terem uma noção do universo documental que o arquivo abarca.

Com base na análise do Guia de Arquivos em termos de descrição e o que foi abordado anteriormente sobre como o arquivo João Goulart é apresentado na NOBRADE o que pode ser depreendido é que aquele instrumento converge com a norma em alguns aspectos, uma vez que apresenta algumas semelhanças no que tange a estrutura. Todas as 10 seções do guia de alguma forma estão compreendidas nas 3 primeiras áreas que compõem a estrutura da NOBRADE, se for considerado que pelo menos 1 dos elementos de descrição dessas 3 áreas são encontrados no Guia ainda que não de forma idêntica. Nesse aspecto:

---

<sup>8</sup> O arquivo foi organizado de acordo com o livro Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. revista atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104p.

- 1) As seções “Documentos textuais”, “Documentos Impressos” e “Documentos Audiovisuais” têm relação com os elementos de descrição “Dimensão e Suporte” da Área de identificação da NOBRADE;
- 2) A seção “Histórica” do fundo assemelha-se aos elementos “História Arquivística” e “Procedência” da Área de Contextualização da NOBRADE;
- 3) “As seções “Dados biográficos”, Formação Acadêmica”, “Principais atividades” e “Outras Atividades” somadas se assemelham a “História Administrativa” da área de Contextualização da NOBRADE;
- 4) As seções “Análise da Documentação e “Descrição do Conteúdo das séries” são semelhantes a “Âmbito e Conteúdo” e “Sistema de Arranjo” da Área de Conteúdo e Estrutura da NOBRADE”.

Porém cabe salientar que ainda que sejam semelhantes, há algumas diferenças de descrição entre a norma e o instrumento, como por exemplo, de conteúdo, com diferenças entre o período compreendido da documentação e as séries que compõe o acervo<sup>9</sup> além da própria apresentação do Guia de Arquivos com uma estrutura e layout diferentes, até porque cada um se destina a um público diferente, enquanto a norma se volta para os profissionais que atuam na descrição dos documentos, o guia está voltado para o público em geral.

De maneira geral ainda que o Guia de Arquivos não englobe todas as áreas da NOBRADE e que são entendidas como importantes para a descrição e acesso, algumas podem ser encontradas em outras partes do site da instituição a exemplo, das informações sobre acesso ao acervo e reprodução dos documentos, que podem ser encontrados no link “informações aos usuários”, além da informação dos instrumentos de pesquisas disponíveis para consulta que podem ser vistos na aba “Acervo” do site da instituição.

Porém o mais importante deste instrumento de pesquisa é que ele é simples, objetivo, de fácil entendimento e apresenta um panorama sobre os diferentes arquivos disponíveis, e ainda que não abarque todas as informações que compreende a função de um guia, ele demonstra através do seu conteúdo um foco nos arquivos e nos seus documentos, e também embora não traga todos os elementos descritivos que são indicados pela norma brasileira, ele agrega os principais “História Administrativa”, “História Arquivística/Procedência” e “Âmbito e Conteúdo”<sup>10</sup>, que são responsáveis por tornar mais compreensível o contexto dos

<sup>9</sup> Como pode ser observado a norma apresenta 11 séries enquanto o Guia apresenta 9.

<sup>10</sup> Como já destacado no Guia de Arquivos eles apresentam outra nomenclatura, porém optou-se nesta análise final utilizar a da NOBRADE.

documentos, a sua proveniência<sup>11</sup> e organicidade<sup>12</sup>, informações bastante relevantes para aqueles que realizam a pesquisa e que são o objetivo da descrição arquivística.

Através da História Administrativa/Procedência o usuário tem a compreensão do contexto histórico, social, político, etc, em que a documentação se insere, uma vez que esse elemento, como já dito anteriormente, é responsável por oferecer informações sistematizadas sobre “a trajetória do produtor (es), da sua criação, ou nascimento até a sua extinção ou falecimento” (CONARQ, 2016, p.32). Com a História Arquivística é ampliada a visão do contexto com o acréscimo de informações acerca da proveniência dos documentos, e com o “Âmbito e Conteúdo” apresenta o conteúdo dos documentos, os tipos documentais, o contexto histórico, o que facilita a compreensão das possíveis relações entre a documentação.

Outro instrumento de pesquisa disponível para acesso é a base de dados Accessus, que também é acessada através da aba “acervo” no site do CPDOC. Naquela é possível pesquisar cada um dos fundos que compõe o acervo, escolhendo um tipo de documento entre seis possíveis: textual, audiovisual, livro/folheto, capítulo de livro, exemplar de periódico, artigo periódico, tendo também a opção de selecionar todos. Nesse aspecto, segundo o site da instituição “Accessus é uma base de dados constituída com o objetivo de propiciar um acesso mais rápido e eficiente às informações existentes no acervo documental do CPDOC”.

A base oferece dois tipos de consulta, a busca simples e a avançada. Na primeira o usuário coloca o arquivo que procura e pode escolher entre 4 opções, “Todos”, “Entrevista”, “Documento de arquivo pessoal” e “Verbete”, que são subdivididas apresentando quais os tipos disponíveis daquela opção, a exemplo a Entrevista que apresenta como opções as de “entrevista temática” e “entrevista biográfica”, o Documento de Arquivo Pessoal que oferece as opções de “manuscrito”, “impresso” e “audiovisual”, e por fim o Verbete que oferece as opções de “Temático” e “Biográfico”. A busca avançada apresenta os arquivos disponíveis, os tipos de documento, e as opções que cada tipo de documento oferta. Nesse aspecto:

---

<sup>11</sup> Aqui entendido como procedência, origem, história da documentação.

<sup>12</sup> Ainda que se trate de documentos pessoais que não são reflexo de atividades e funções exercidas por uma entidade produtora ou acumuladora, trata-se de documentos que pertencem a um produtor no caso João Goulart e refletem as suas atividades e ações ao longo de sua vida, dessa forma os documentos refletem esse contexto e mantêm relações entre si.



**Quadro 1** - busca avançada da base de dados accessus

Textual	Audiovisual	Livro/ Folheto	Capítulo de Livro	Exemplar periódico	Artigo de Periódico
É possível pesquisar por período de produção dos documentos por ano, selecionar os assuntos, as autoridades, ambos selecionando documentos contendo pelo menos 1 dos assuntos selecionados ou todos os assuntos simultaneamente, e por série/subsérie.	A pesquisa é feita por tipo (iconografia, som, imagens em movimento), por período de produção, assuntos, título, autoridades ou local de produção.	A pesquisa é feita por período de produção, autoridade s, título (podendo ser por palavras ou frase completa) e assuntos.	A pesquisa é feita por período de produção, autoridade s, título (podendo ser por palavras ou frase completa) e assuntos.	A pesquisa é feita por período de publicação e título (podendo ser por palavras ou frase completa).	A pesquisa é feita por período de produção, título, assuntos e autoridade s.

**Fonte:** Próprios autor (es), 2018.

Ao selecionar uma das opções de pesquisa acima o usuário é redirecionado para uma página em que são apresentadas as relações dos documentos em forma de lista uma abaixo da outra com uma pequena descrição informativa sobre do que se trata cada um dos documentos.

Ao clicar em uma das opções de documento, é apresentada a sua identificação com alguns dados de acordo com sua tipologia documental, a exemplo de sua classificação, série, quantidade de documentos que o compõe, microfilmagem, título, as autoridades relacionadas conforme o caso e um pequeno resumo da sua descrição.

Nos documentos em que é possível a visualização o que pode ser observado é que a descrição é bem objetiva, e que existem diferenças sobre os procedimentos de organização dos diferentes fundos ou arquivos, podendo ser percebido que de uma descrição individual estabelecida em um primeiro momento, partiu-se para uma descrição de dossiês.

De forma geral a base de dados Accessus é objetiva e de fácil entendimento, porém ela não se apresenta como um instrumento de pesquisa nos moldes do que foi apresentado no capítulo anterior, não apresentando grande parte dos elementos que compõem cada um desses instrumentos, bem como não converge com a NOBRADE em termos de descrição ainda que se possam visualizar alguns aspectos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos recursos tecnológicos já utilizados pelas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos para a ampliação dos usos e usuários de seus acervos, dois pontos ainda carecem de uma investigação mais aprofundada. Primeiro, constata-se, no Brasil, uma identificação precária entre essas instituições e a maior parte da população. Segundo, nota-se possibilidades de mais eficiências dos instrumentos de pesquisa para atingir um público amplo que comumente não visitaria os arquivos. A consequência disso é que os arquivos, conforme pode-se depreender, permanecem distantes da população. Nossa percepção atual é que essa situação não se alterou de forma significativa, apesar de avanços tecnológicos e na legislação sobre os arquivos e o acesso à informação.

É preciso aprofundar mais a reflexão sobre os instrumentos de mediação dos usos que podem ser feitos dos arquivos, não somente como o uso reservado a atividades de pesquisa especializada, mas principalmente como recurso importante para o cidadão na construção de sua identidade e cidadania. Isso significa dizer que se acredita na concretização do direito à informação por parte do cidadão como um caminho de transparência do Estado à sociedade civil, capaz de efetivar a participação política como dimensão básica da cidadania e construções de memória social.

Este trabalho partiu da compreensão da representação enquanto reflexo da complexa relação entre os documentos e o(s) seu(s) produtor (es) e do exercício de mediação que aquele profissional desenvolve entre os documentos e os usuários, isso tudo dentro do cenário atual da Sociedade da Informação, em que o contexto tecnológico se mostra bastante desafiador e dinâmico, mas que apresenta possibilidades de disponibilização de acervos. Procurou-se compreender como os acervos são disponibilizados neste contexto, como os instrumentos de pesquisas disponíveis são desenvolvidos e que tipo de descrição é desempenhada.

Dessa forma a preocupação em entender esse processo trouxe a compreensão do conceito de descrição e do seu desenvolvimento ao longo do tempo, que deixou de se relacionar a questões como de controle, para se traduzir enquanto um exercício de análise do arquivista, colocando este como pesquisador, e numa perspectiva que traduz o contexto e conteúdo dos documentos; bem como foi possível entender o processo de normatização que adveio deste desenvolvimento e os instrumentos de pesquisa enquanto seu produto.

Para se atender a preocupação com o entendimento de como os arquivos são disponibilizados na conjuntura atual, foi confrontada a parte conceitual da descrição com a análise do CPDOC, que permitiu que fosse atendido o questionamento inicial.

Dito isso, do ponto de vista arquivístico e empírico, no universo do CPDOC o que observou-se com relação à descrição é que esta não se pauta totalmente na NOBRADE, e os elementos que compõe essa norma não se apresentam de forma organizada no momento da pesquisa do usuário (sendo identificados principalmente no nível de fundo) apenas ao ser explorado o site em diferentes partes, como nos próprios instrumentos de pesquisa.

No Guia de Arquivos, por exemplo, identifica-se elementos descritivos como História Arquivística e Procedência, o que eles intitulam como Histórico; Âmbito e Conteúdo apresentado como Análise da Documentação e Descrição do Conteúdo das séries e História Administrativa que se mostra como a junção entre Dados biográficos, Formação Acadêmica, Principais atividades e Outras Atividades, além de no site de forma geral termos, elementos com relação a Condições de Reprodução sendo informada na opção de informações aos usuários e Nota sobre Publicação em um dossiê sobre João Goulart presente no site.

Com relação à base de dados Accessus é possível perceber uma influência da NOBRADE, pois é apresentado além do documento a informação das séries as quais pertencem o que permite ao usuário compreender que aquele documento faz parte de um conjunto, porém sustenta-se a ideia de que a base de dados não preza pela organicidade, pois, essa informação não se mostra explícita, com os documentos sendo disponibilizados de forma individual e não há nenhum tipo de descrição informativa ou uso de descrição multinível que possibilite aos usuários enxergar o fundo e as séries referentes ao João Goulart de forma clara.

Cabe destacar que o Guia de Arquivos acrescenta nesse sentido, porém um usuário que não tenha conhecimento da função de um guia poderá apresentar dificuldades de utilizá-lo.

Com relação à descrição dos conteúdos esta é bastante objetiva e em certo sentido não convida o leitor a melhor investigar os documentos, o que talvez seja um reflexo do contexto em que foram descritos ou dos profissionais envolvidos no trabalho. É importante, porém destacar a qualidade da digitalização, que facilita bastante a leitura e análise.

A partir da análise conclui-se que a não há por parte do CPDOC um diálogo com o arcabouço teórico e prático da Arquivologia, haja vista a ausência de seus conceitos e práticas nos instrumentos de pesquisa da instituição, ainda que alguns elementos sejam observados e que esta instituição utiliza de uma metodologia própria para organização dos seus arquivos.

De forma geral, portanto a análise empírica do acervo do CPDOC através dos seus instrumentos de pesquisa possibilitou a compreensão de se há por parte das instituições uma convergência nas suas práticas com a teoria referente à descrição arquivística, se há um atendimento ao que é proposto na NOBRADE, se suas descrições refletem o universo dos

seus acervos, de como as informações estão sendo disponibilizadas e as possíveis ausências de elementos importantes para a compreensão daquele universo.

Todas essas questões possibilitaram responder sobre como os acervos estão sendo disponibilizados na atualidade e de alguma forma contribuíram para o entendimento de como a própria área da Arquivologia se mostra em termos de desenvolvimento, o que se traduz na prática cotidiana dos profissionais que estão à frente das instituições a exemplo do CPDOC. Ademais com este trabalho procurou-se contribuir para o debate sobre a descrição arquivística, que apesar de ser uma temática já bem trabalhada na área é bastante relevante, uma vez que “é o coração do trabalho arquivístico”. (ANDRADE e SILVA, 2008, p. 17).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sobré; SILVA, Rubens R. G da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referências. **Ponto de Acesso**. v.2, n.3, p.14-29, dez. 2008.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, T.H. B, TOGNOLI, N.T. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília: Fundepe, 2015, v. 3, p. 94-99.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes**: um estudo sob a ótica da análise documentária. São Paulo, 2003. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à política. In. CASTELLS, Manuel; GUSTAVO CARDOSO (orgs). **A Sociedade em Rede**: do Conhecimento à ação política. Imprensa Nacional, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

GUEGUEN, Gretchen; Fonseca, Vitor Manoel; Pitti, Daniel; Grimoüard, Claire. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 100-116, jul./dez. 2013.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia VALENTIM, Marta Lúgia, (org) **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília. Oficina Universitária; São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa** / André Porto Ancona Lopez. - São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A normalização da descrição arquivística e a organização do conhecimento. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11. **Anais...**Espanha, 2013. p. 1076-1086.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115396>>. Acesso em: 20 ago. 2018.